



RISCOS



DE CAOS SISTÊMICO E DE CRISE CIVILIZATÓRIA: TENSÕES TERRITORIAIS EM CURSO*

ON SYSTEMIC CHAOS AND CIVILIZATION CRISIS: CURRENT TERRITORIAL TENSIONS

5

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Universidade Federal Fluminense, Niterói (Brasil)
ORCID 0000-0001-5578-3231 cwpg@uol.com.br

RESUMO

Nesse artigo refletimos sobre o atual momento histórico-civilizatório que vivemos. Trata-se de um período histórico em crise, mas de uma crise que vai além da crise do capitalismo enquanto crise civilizatória. Trata-se de um período de caos sistêmico ou de crise de um padrão de poder/saber que nos governa há 500 anos. Portanto de uma crise de larga duração. As bases em que se sustentavam esse padrão de poder/saber - a dominação da natureza e de todos os grupos sociais que à natureza são assimilados - os indígenas/selvagens, os negros, as mulheres, os que operam com as mãos sejam proletários ou camponeses - começam a ser abertamente questionados por aqueles que, apesar de lutarem a mais de 500 anos, só agora pós 1950/1960 começam a ter voz. Reinventam, assim, suas relações com a natureza e a cultura, com o conceito de território desnaturalizando-o. Assim, diante de um dos mais intensos processos expropriatórios que a humanidade jamais viveu, como nos últimos 50 anos, emergem outras referências teórico-políticas sinalizando que estamos diante de outros horizontes de sentido não eurocêntricos.

Palavras-chave: Caos sistêmico, ruptura metabólica, antropoceno/capitaloceno, território-territorialidade-territorialização.

ABSTRACT

In this article we reflect on the current historical-civilizing times we are experiencing. It is a historic period in crisis, but a crisis that goes beyond that of capitalism as a civilizing crisis. It is a period of systemic chaos or crisis of a pattern of power/knowledge that has governed us for 500 years. Therefore, a long-term crisis. The foundations which underpinned this pattern of power/knowledge - domination of nature and all social groups that are regarded as similar to nature - the indigenous/savages, blacks, women, those who work with their hands, whether proletarians or peasants - are beginning to be openly questioned by those who, despite fighting for more than 500 years, only now after 1950/1960 are finding they have a voice. Thus, they are reinventing their relationship with nature and culture, with the concept of denaturalizing territory. Thus, faced with one of the most intense expropriation processes that humanity has ever lived through, as in the last 50 years, other theoretical-political references emerge, signalling that we are facing other horizons that are not eurocentric in direction.

Keywords: Systemic chaos, metabolic disruption, anthropocene/capitalocene, territory-territoriality-territorialization.

* O texto deste artigo corresponde a uma comunicação apresentada no III Simpósio Ibero-Afro-Americano de Riscos, tendo sido submetido em 11-03-2020, sujeito a revisão por pares a 17-03-2020 e aceite para publicação em 07-04-2020. Este artigo é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 27 (II), 2020, © Riscos, ISSN: 0872-8941.

Introdução

6

“Limite entre saberes, limite entre disciplinas, limite entre países. Por todo lado se fala que os limites já não são rígidos, que os entes já não são tão ‘claros, distintos e definidos’ como recomendara René Descartes. Cada vez mais se fala de empresas internacionais, ou transnacionais ou multinacionais, assim como se fala de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade ou multidisciplinaridade. Enfim, por todo lado são usados os prefixos inter, trans ou multi indicando que as fronteiras, sejam elas epistêmicas, sociológicas ou geográfico-políticas, se é que podemos separá-las, são mais porosas do que se acreditava” (Porto-Gonçalves, 2001).

Estamos navegando “por mares nunca dantes navegados” dissera o poeta português Luiz de Camões (1524-1579/1580). O verso do poeta se torna evidente quando sabemos o significado da aventura aos mares e ao desconhecido dos portugueses à época. No entanto, queremos tomar esses versos como uma grande metáfora do mundo que hoje vivemos, um mundo em transformação de tal modo que parece estarmos navegando em mares nunca antes navegados.

Estarmos navegando em mares que jamais navegamos nos coloca o desafio de nos indagarmos para que servem nossos mapas já que os mapas delinham/marcam caminhos conhecidos. Para que servem nossos repertórios cognitivos - nossas teorias, categorias e conceitos - se estamos diante de outro mundo que, como tal, nos exige não só o domínio dos repertórios cognitivos conhecidos, mas sobretudo ousadia intelectual para buscar leituras que estejam à altura das grandes questões com que nos defrontamos?

Os anos 1960 foram ricos em formulações filosóficas e teóricas que punham em xeque as teses determinísticas e mecanicistas que dominaram amplamente a própria ciência até o século XX quando começam a ser abaladas pela teoria da relatividade, pela física quântica, pelo princípio da incerteza, com Albert Einstein (1879-1955) e Werner Heisenberg (1901-1976). Em 1960, René Thom, nos fala de Teoria da Catástrofe, Illya Prigogine, em 1961, de Teoria do Caos e, em 1970, Edgard Morin nos fala de uma Teoria da Complexidade. Por mais que os cientistas busquem emprestar precisão e rigor às palavras com que laboram transformando-as em conceitos e categorias não deixam, eles mesmos, de ser homens e mulheres que tomam os sentidos das palavras que usam como conceitos do mundo mundano em que vivem. *Incerteza, Relatividade, Complexidade, Caos e Catástrofe* são termos que estão longe da Causa e Efeito, de Determinismo, da Ordem e das Leis com que se faziam as Investigações científicas até muito recentemente. Tudo indica que os entes não estão dispostos como se imaginava até então.

Alguns autores como Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Aníbal Quijano vêm caracterizando a quadra histórica que nos cabe viver como “caos sistêmico” ou como crise do padrão de poder e de saber que nos governa desde 1492. Convidam-nos, assim, a tomar em consideração uma história de larga duração (Fernand Braudel), de mais de 500 anos, cujo padrão de poder e de saber estaria em caos sistêmico pós-anos 1960, segundo Immanuel Wallerstein. História essa, e suas geografias nunca é bom esquecer, que se iniciara justamente quando o mundo se *desorientou*, no sentido geográfico bem preciso da palavra, isto é, quando o Oriente deixou de ser a principal economia mundo entre as várias economias mundo de então. Até então não havia uma economia mundial propriamente dita, mas sim várias economias mundo, conforme nos ensina Fernand Braudel. Até então, a Europa enquanto tal era uma região marginal diante do grande circuito comercial que se organizava em torno de Constantinopla e tinha o Extremo Oriente como horizonte, no limite, a China. O conceito de região funcional/região polarizada dialoga com o conceito de economia mundo de Braudel, daí manejarmos esses dois conceitos (I. Wallerstein, 2006). Registre-se que até o século XVIII, com a Revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) Industrial, a Europa pouco contribuía produtivamente para a economia mundial (Quijano, 2005) embora tenha passado a dinamizá-la com a entrada de ouro e prata vindos da exploração das Américas.

Assim, somente a partir de 1492, um sistema mundo começa a se constituir ao incorporar um outro continente, a América/Abya Yala, e só a partir de então a Europa passa a ter a centralidade geoeconômica e política e, pouco a pouco, geocultural que passaria a ter até muito recentemente. Reitere-se, entretanto, que até os inícios do século XIX, a China ainda permanecia como o centro geográfico dinâmico do sistema mundo (Gunder Frank, 2009 e Pomeranz, 2013).

Enrique Dussel vai nos ensinar que a Modernidade, o Capitalismo e a América têm a mesma data de nascimento. Chama-nos a atenção nessa tríade a presença da América como parte constituinte desse sistema mundo, ainda que na condição colonial. Afinal, é somente a partir de 1492, com o encontro desse continente que passaria a ser dominado pelos de fora como Índias Ocidentais/América - para os povos que aqui habitavam haviam outros nomes, como Anauac, Tawwantsuyu, Pindorama, Wallmapu, entre muitos outros - que um sistema mundo propriamente dito se organiza tendo como *leitmotiv* a ideia e a prática de acumular capital, já ali abençoado pela Igreja. Pouco a pouco a ideia de que ganhar dinheiro era uma prática pecaminosa vai perdendo sentido. Essa ideia era tão enraizada que a região de mais intenso comércio em toda a Idade Média europeia, o Mar do Norte nas cercanias da foz do Reno, era conhecida como região de gente baixa, ou seja, de gente que mexia com dinheiro. Trata-se da região dos Países Baixos.

Não fora a riqueza em ouro e prata do continente que os europeus chamaram de Índias Ocidentais e a Europa não teria a centralidade que passaria a ter e que só se consolidaria como tal em inícios do século XIX. Em outras palavras, não podemos entender o lugar que a Europa pouco a pouco passaria a ter no sistema mundo sem a exploração da América. Nasce, assim, também o eurocentrismo, pois só se colocando como centro é que a Europa pode falar de Índias Ocidentais.

Assim, nasce um sistema mundo capitalista moderno-colonial cuja estrutura está baseada em relações centro-periféricas tendo como centro dinâmico a China até os inícios do século XIX e, desde então, em torno da Inglaterra e, depois dos EEUU. Saliente-se que desde 1492 a exploração (dos povos) da América e a inundação de ouro e prata dinamizou o comércio do sistema mundo que se reproduzirá colocando o Atlântico definitivamente como sua parte integrante. Observe-se que depois da integração do Atlântico ao sistema mundo em 1492 e a centralidade que a Europa Ocidental passará a ter desde inícios do século XIX, o mundo se vê hoje diante de um deslocamento em direção ao Pacífico, com o dinamismo das economias da China, da Índia e demais países da Ásia de Sudeste. Estaria o mundo se reorientando, conforme o sugestivo título do artigo de Andre Gunder Frank (2009), *ReOriente: Economía global en la Era Asiática?*

Além dessa dimensão propriamente geográfica, em si mesma de enormes implicações, que estaria presente na atual quadra histórica com o deslocamento da centralidade do sistema mundo do Atlântico Norte para o Pacífico, estaríamos ainda diante de algo mais que uma crise típica das rupturas de hegemonia características do próprio sistema mundo, mas estaríamos, sim, diante de uma crise civilizatória e, desse modo, mais que uma crise do capitalismo, como se poderia assinalar nessas diversas crises de ruptura hegemônica com implicações geopolíticas. Estaríamos diante de um caos sistêmico, ele mesmo de larga duração, de um sistema mundo capitalista moderno-colonial que nos governa desde 1492, diante de transformações da mesma magnitude daquela que o mundo experimentou no Renascimento. E como não há formação societária que não seja, ao mesmo tempo, espacial/geográfica é de outras configurações sociogeográficas que o mundo está em busca (Porto-Gonçalves, 2001).

Crise do Padrão de Poder e de Saber

O caos sistêmico é, segundo Giovanni Arrighi

“[...] uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias ou

porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas sem anulá-lo, ou por uma combinação destas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” - a velha ordem, uma nova ordem, qualquer tipo de ordem - tende a se generalizar entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico” (Arrighi, 1994).

Trata-se de uma situação/momento em que os princípios que estruturavam uma determinada Ordem entram em caos, entre eles o seu sistema de conhecimento, o que implica uma crise epistêmica e política. As coisas parecem estar fora do lugar. Talvez o primeiro sinal do caos sistêmico, por sua dimensão epistêmica e política, tenha sido o lançamento da Bomba Atômica pelos Estados Unidos contra a população de Hiroshima e de Nagasaki, no Japão, em 1945. Mais que um evento de guerra, que foi, foi um evento que marca uma crise civilizatória da modernidade e, em particular, da ciência, seu regime de verdade (Foucault, 2000), o que não é qualquer coisa. Afinal, a bomba atômica é um produto da ciência e marca o limite de um determinado modo de produção de conhecimento que tem por base o Antropocentrismo, ou seja, o Homem Todo Poderoso, que expulsara os deuses para os céus, e passara a reinar soberano na Terra, justamente em nome da ciência.

Esse Homem Todo Poderoso do Renascimento, potencializado pela revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia da máquina a vapor já no Iluminismo, acreditou que, finalmente, um novo conhecimento prático-eficaz havia superado aquele conhecimento especulativo tal como recomendara o primeiro filósofo verdadeiramente moderno, Francis Bacon (1561-1626). Falar em Revolução Tecnológica, como a Revolução Industrial, é olvidar que não é a tecnologia que produz revolução tecnológica que, sempre, é conformada por determinadas relações sociais e de poder. Daí a expressão “revolução nas relações sociais e de poder por meio da máquina a vapor” usada acima. A maquinofatura (fazer com a máquina) se impôs à manufatura (fazer com a mão) não simplesmente porque era mais produtiva, mas era mais produtiva porque tirou das mãos e dos corpos dos trabalhadores o poder de decidir o ritmo da produção - a produtividade - e colocou esse poder nas mãos/mentes de terceiros. Houve mudança nas relações de poder. Assim, quem determina o ritmo da produção não é mais o trabalhador. “Tempos Modernos” de Charles Chaplin explicitou isso com sua arte. Foi Bacon quem primeiro explicitou a máxima que “saber é poder”, como também a diferença entre a ciência que, segundo ele,

estaria preocupada com a verdade, e a tecnociência, que estaria preocupada com a eficácia, ou seja, não mais um conhecimento especulativo, mas prático-eficaz (de Oliveira, 2002).

Esse conhecimento prático-eficaz pode ser sintetizado num dos pilares epistêmico-políticos da Modernidade, a saber, a ideia-prática de *dominação da natureza*, outra máxima formulada explicitamente por Francis Bacon. E ser prático-eficaz no interior das relações sociais e de poder que começam a ganhar corpo a partir do Renascimento e da Revolução (nas relações sociais e de poder) Comercial, onde a ideia-prática de fazer o dinheiro (D) se tornar mais dinheiro (D'), na fórmula D-D', pressupõe aceitar que o dinheiro é riqueza e não sua expressão simbólica, uma cifra, um cifrão. Decifremo-la, pois. Tomo aqui em conta o sentido que Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein consideram para caracterizar uma prática social como propriamente capitalista que, para eles, implica uma dimensão espacial, geográfica, a saber, aquela prática social que tira proveito de informação privilegiada sobre os preços em diferentes praças comerciais, informação essa que escapa à escala local, aos que vivem a escala local onde as informações se dão face a face. Daí é que emana a máxima que “o segredo é a alma do negócio”, ou seja, a informação privilegiada do negócio se torna o segredo da alma. Assim, a revolução comercial - mercantilismo - não pode ser compreendida fora da mudança de escala e, como tal, dos grupos/classes sociais que se realizam/afirmam em diferentes escalas. Afinal, as escalas são instituídas socialmente. É preciso considerar a geograficidade da história, suas escalas, por exemplo, e não somente a historicidade do espaço geográfico.

A mitologia grega, com Midas, já nos alertava sobre os efeitos dessa ilusão. Pressupõe aceitar, ainda, que o tempo se separa da vida, que o tempo se separa do espaço em sua materialidade/corporeidade. *Time is Money*, tempo é dinheiro, é uma expressão coerente em sua abstração, enquanto tempo que se separa da matéria em sua corporeidade, não mais o tempo enquanto corpo-espaço. Não confundir tempo e dinheiro com tempo enquanto riqueza. Afinal, se tempo é riqueza, desfrute-o enquanto tal, o que implica experimentá-lo na sua materialidade/corporeidade onde tempo-espaço são inseparáveis. Como nos ensina Midas, o dinheiro, o ouro, não mata a fome. O que mata a fome é a comida enquanto riqueza concreta e não abstrata. O mesmo com a sede que só se sacia com a água, qualidade da matéria concreta. O dinheiro não mata a sede. A ideia da supressão do espaço pelo tempo começa a fazer sentido, assim como a ideia de espaço e tempo como categorias abstratas independentes da matéria/dos corpos. A primazia do tempo sobre o espaço passa a se impor e, com isso, a violação/violência/desagregação da matéria/dos corpos, haja vista que a matéria/corpo

é espaço-tempo de modo inseparável. Francis Bacon foi explícito ao dizer que a natureza não revela sua verdade espontaneamente e que deveria ser torturada para revelá-la. O efeito prático dessa separação é que a aceleração do tempo leva à desagregação da matéria em suas formas, em seus modos processuais de ser/estar. A vida se torna vulnerável!

Com a colonização eurocêntrica do espaço pelo tempo, até mesmo a cartografia foi revolucionada com a Projeção Mercator (foi Gerardus Mercator (1512-1594), nascido Gerhard Kremer nos Países Baixos, quem nos deu a Projeção que leva seu nome: Projeção Mercator) oferecendo aos mercadores uma representação no mapa em que o espaço é medido em segundos e minutos das latitudes e longitudes e, assim, dando mais segurança aos negócios e aos negociantes que precisam ganhar tempo. Tomemos em conta que negócio é negar o ócio (*neg+ocium*). Estava aberto o caminho para chamar grupos/classes sociais e povos outros como atrasados, no tempo, e preguiçosos.

Enfim, “dominar a natureza”, conforme a máxima de Francis Bacon, se tornará fundamento da Modernidade, com toda a colonialidade implicada, pois pressupõe aceitar outra separação/dicotomia além de espaço e tempo, ou seja, aquela que separa Homem e Natureza inerente ao Antropocentrismo. Afinal, a máxima da “dominação da natureza” só tem sentido se o Homem está fora da Natureza. E “dominar a natureza”, implicava expulsar os deuses para os céus e a natureza, assim dessacralizada, podia ser dominada já que não havia deuses povoando-a.

Essa separação vai fundamentar, no sentido mais profundo do conceito, isto é, ser fundamento e, assim se constitui todo um pensamento fundamentalista que, como nos ensina Umberto Eco, é aquela ideia que prescinde de justificação: é fundamento, de toda a universidade tal como os europeus e o chamado mundo ocidental vai colonizar a produção de conhecimento em todo mundo.

A reforma do conhecimento formulada por Francis Bacon será a principal fonte de inspiração das universidades ocidentais e ocidentalizadas onde Ciências Naturais pouco dialogam com as Ciências Sociais; uma ciência preocupada com a produção e pouco com a reprodução, mais preocupada com o trabalho/com a técnica (negar o ócio) do que com a vida. O caráter patriarcal dessa ciência foi também explicitado por Francis Bacon num ensaio publicado entre 1602 e 1603 com o sugestivo título *The Masculine Birth of Time* (O Nascimento Masculino do Tempo). Assim, a natureza, no feminino, deve ser dominada pelo Homem, no masculino (Pires, 2008) Seguindo esta mesma linha de argumentação crítica, Wilshire (1997) explica que a lista dessas dicotomias é bastante antiga - remontando ao tempo de Aristóteles

- e que um dos seus mais fortes significados é aquele associado ao gênero. Para entendermos melhor esta leitura feminista da epistemologia científica, tomemos uma das mais significativas dicotomias produzidas por este tipo de conhecimento: natureza/cultura. Neste par, a Natureza é simbolicamente associada à feminilidade, representada pela figura feminina tanto nos textos quanto nas alegorias. A melhor descrição deste simbolismo foi elaborada por Francis Bacon, num texto publicado entre 1602 e 1603, com o sugestivo título *The Masculine Birth of Time: "Minha intenção é de comunicar a você não fantasias de meu cérebro, nem sombras provocadas pelas palavras, nem um rescaldo religioso. Não: alcancei a própria verdade levando a você a Natureza com todos os seus filhos para pô-la a seus serviços e fazer dela a sua escrava"* (Bacon *apud* Martensen, 1998: 146). Para Bacon, a ciência era uma atividade masculina, pois, no homem, acreditava-se predominar a mente ou o intelecto, sede da razão, a única faculdade mental que o levaria a conhecer e a dominar a Natureza em uma infinita transcendência de si mesmo na produção da cultura e da civilização. Bacon descrevia o conhecimento da Natureza usando o vocabulário das relações de gênero de sua época: uma questão de domínio do mais forte sobre o mais fraco; de soberania masculina e de subordinação feminina. A Natureza deveria ser conhecida na sua verdade para servir ao homem, ser sua 'escrava', o autor utilizava-se do vocabulário da dominação para melhor representar a relação que ele imaginava ser análoga ao conhecimento da Natureza" (Pires, 2008). Enfim, uma ciência da dominação da natureza e não uma ciência do cuidado! Mas não só a mulher foi assimilada à natureza. Todos os seres dominados/subalternizados foram/são assimilados à natureza.

Com isso, as epistemes/os saberes que não separam Homem de Natureza foram/são saberes desqualificados como inferiores, não-científicos e, com isso, são as múltiplas campesinidades e as múltiplas etnias/povos/nacionalidades e seus conhecimentos ancestrais que são desprezados. Epistemicídio e etnocídio caminham juntos com a Moderno-Colonização do mundo e, com isso, devastação/ecocídio de extensas áreas, quando não genocídio de povos e culturas com seus saberes/fazer.

Denominá-los como atrasados se fez narrativa que justificava/naturalizava aqueles que presam a velocidade, a supressão do espaço pelo tempo, o negócio, a negação do ócio e o trabalho, antes um valor negativo, passa a ser positivo (neg+otium). Só o "trabalho dignifica o homem" vai fundamentar tanto filosofias que se consideram revolucionárias e anticapitalistas como filosofias ultraconservadoras, como a frase alemã - *Arbeits macht frei* - colocada nas entradas de vários campos de extermínio do regime *nazista* durante a Segunda Guerra Mundial, como em Auschwitz.

Com isso, povos outros que não os ocidentais são não-seres e os colonizadores/evangelizadores/invasores debateram até mesmo se tinham alma. Enfim, é de desperdício de experiência humana que se trata (Boaventura de Sousa Santos), em que a modernidade em seu afã de colonizar, despreza múltiplos conhecimentos que as humanidades inventaram. Há povos, como os quéchuas e os aimarás, que não têm sequer uma palavra para natureza. O equivalente homeomórfico (Pannikar, 2004) que apresentam para o que chamamos natureza é Pachamama, palavra composta por *pacha*, que significa espaço-tempo (os quéchuas e os aimarás não têm uma palavra para espaço e outra para tempo. Registre-se que a física quântica também não separa espaço e tempo) e *mama* que significa Mãe. Nem mesmo uma palavra para indivíduo, esse fundamento da lógica atomístico-individualista analisada por Cornelius Castoriadis (Castoriadis, 1982), já que, para eles, tudo é relação e relação de relação, conforme J. Estermann (Estermann, 2006).

Assim, se conforma toda uma geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2001) como parte de uma estrutura de poder que, enquanto estrutura de saber, impôs ao mundo a ideia/prática da *dominação da natureza* e, com isso, a dominação de grupos/classes sociais, regiões e povos assimilados à natureza em suas múltiplas escalas e geografias.

Enfim, esse Homem Todo Poderoso que, de fora, haverá de dominar a natureza não é um homem genérico - *Homo sapiens sapiens*, mas um homem Branco, Varão/Macho, Moderno/Burguês-Gestor estatal/corporativo), em 1945, traz ao mundo a Bomba Atômica, um artefato capaz de acabar com as formas de vida conhecidas, artefato esse produto da mais refinada ciência, a Física. Enfim, não há melhor exemplo prático desse Homem Todo Poderoso que, desde então, passa a ter poder de vida e de morte. Com isso, fica abalado um dos fundamentos da promessa da Modernidade: o de que a ciência libertaria a humanidade. A ciência revela-se, então, que *não necessariamente* está a serviço da vida. E ainda seu caráter colonial eurocêntrico: a bomba atômica não foi jogada na Alemanha, mas sim no Japão.

Desde então, nenhum país poderia exercer plenamente sua soberania territorial, princípio das relações internacionais desde Vestefália, sem que dispusesse da bomba atômica. Enfim, a defesa da integridade territorial implicava dispor de um instrumento que punha a vida de todos sob ameaça. Tanto o Capitalismo Monopolista de Estado, sob hegemonia dos EEUU, como o Capitalismo de Estado Monopolista, sob hegemonia da URSS e, depois, da China, admitem ser legítimo usar uma tecnologia de morte para manter seus respectivos sistemas políticos. Os regimes societários estão acima da vida. O espectro da morte nos ronda desde então.

Um outro acontecimento, esse menos destacado, mas igualmente significativo da crise de poder/saber que se instaura, se deu em 1951, na Baía de Minamata, no Japão, quando pela primeira vez se constata que a contaminação por mercúrio daquela baía atingira toda uma comunidade de pescadores causando vítimas, inclusive mortes. Esse acontecimento põe por terra o argumento de que o ser humano escapa natureza, das cadeias tróficas e, com isso, se esvai a ideia de um ser humano separado da natureza, embora essa ideia/prática fosse um verdadeiro *nonsense* para muitos povos e comunidades ao redor do mundo.

A Natureza e as Geografias falam: o Giro Espacial do Conhecimento

A ideia/prática de *dominação da natureza* é fundamento *par excellence* da modernidade colonial e todos os grupos/classes sociais dominados/oprimidos/explorados foram assimilados à natureza. Como não-seres, ou como seres inferiorizados, estaria autorizada sua subalternização/colonização. Afinal, ninguém subalterniza/coloniza quem é igual. A colonização/dominação pressupõe a inferiorização do diferente, do outro, sejam mulheres, povos indígenas, povos negros, comunidades camponeses e trabalhadores braçais que devem se submeter àqueles que trabalham com a mente, afinal, espírito e matéria também estão separados e a mente deve comandar o corpo. Razão sem emoção, eis a razão que justifica a dominação das mulheres, seres que se deixam levar pela emoção. O estado territorial moderno que se institui com o Tratado de Vestefália, em 1648, reproduzirá na sua geografia política interna essa mesma relação assimétrica em que uma Cidade seja a cabeça, Cidade Capital, entendida como sede do poder, comanda o corpo da Pátria, o território, como se o poder estivesse num só lugar, na capital.

O que os anos 1950/1960 trazem ao debate são os mundos da natureza dominada falando/gritando: são as mulheres, os povos indígenas, os camponeses, os que trabalham/produzem riqueza e dela não compartilham, os povos inferiorizados pela cor na África, na Ásia e na América Latina, enfim, outras geografias que não a europeia começam a falar, a se descolonizar. Enfim, outros lugares de enunciação política vêm à cena.

Aquilo que, em 1928, Sigmund Freud havia designado como “mal-estar da civilização” parecia ganhar as ruas nos anos 1950/60, seja com a contracultura e, também, com a descolonização dos povos asiáticos e africanos, com os camponeses chineses em revolução com suas bandeiras vermelhas, com o movimento de não-violência ativa na Índia (Mahatma Gandhi), com os Panteras Negras e o movimento pelos direitos civis nos EEUU protagonizado sobretudo pelos negros (Malcom X, Martin Luther King, Ângela Davis), pelas mulheres (Ângela Davis,

Betty Friedan), pelos estudantes (Herbert Marcuse) e pelos gays (Revolta de Stonewall, em Nova York). Livros como a *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, nos mostrava o impacto negativo, no meio ambiente, do uso abusivo dos agrotóxicos organoclorados (DDT), ou como *Estratégia do Desperdício*, de Vance Packard, trata-se de uma obra que analisa melhor o problema da “obsolescência planejada” presente nos objetos produzidos pela indústria, que analisava com detalhe as diversas estratégias pouco éticas das empresas para incentivar o consumo de bens na sociedade americana da década de 50; ou documentos como a Carta de Barbados (1973), o Manifesto de Thianuanaco (1973) e filmes como *Pequeno Grande Homem*, de Arthur Penn, em 1970, e *O Estranho no Ninho*, de Milos Forman, em 1975, que trazem ao debate a opressão indígena nos mostram que camponeses e indígenas reivindicam um protagonismo próprio não tutelado, tal como Fausto Reinaga (1906-1994) falava de Revolução Índia, em 1970.

Surge, ainda, nas ruas o movimento ambientalista, um movimento com grupos/classes sociais diversos onde duas grandes questões foram postas em debate: o consumismo e a corrida armamentista. Enfim, questionava-se o enorme desperdício de riqueza seja (1) pelo consumismo desenfreado, sobretudo para as classes abastadas do primeiro mundo e as elites colonizadas pelo *american way of life* do terceiro mundo e (2) pela corrida armamentista que despejava bombas de *napalm* no Vietnã e levava ao paroxismo a corrida nuclear enquanto milhões de pessoas passavam fome, principalmente na África, na Ásia e na América Latina. *Faça Amor Não Faça a Guerra* e *Hiroshima Nunca Mais* davam o tom de uma nova subjetividade que punha em xeque o modelo civilizatório lá mesmo, em pleno Primeiro Mundo, onde ele parecia ter dado certo. Os *hippies* e os *beatnicks* com suas práticas antimaterialistas expressaram na Europa e nos EEUU esse mal-estar civilizatório. Mas não só: uma subjetividade revolucionária emergia no mundo não-europeu, com guerrilhas que iam do Vietnã à América Latina e ofereciam ícones como Che Guevara, Ho Chi Min, Mao Tse Tung, Patrice Lumumba, Nelson Mandela, Muhamed Ben Bella, Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Samora Machel. Nas lides da ação política das esquerdas, a revolução cultural chinesa colocara em xeque o modelo soviético de socialismo que competia com o capitalismo com base na urbano-industrialização. O palestino Edward Said, nascido britânico em Jerusalém em 1935, haveria de inaugurar os chamados estudos pós-coloniais denunciando o *Orientalismo* como uma construção político-cultural do Ocidente. No Caribe e na África, a negritude afirma o negro como qualidade em r-existência (Franz Fanon, 2005 [1961]), e Aimé Césaire, 1956). Na América Latina, a Revolução Cubana (1959) leva à vitória aquilo que *Os Jacobinos Negros* (C. R. L. James, 2007 [1938]) não haviam conseguido consagrar

com a revolução de libertação integral haitiana (1804) levando ao clímax a luta camponesa que exigia reforma agrária em todo lado (Guatemala, 1944-1954; a frente liberal de esquerda na Colômbia pós-assassinato de Jorge Eliécer Gaitan, em 1948; a revolução boliviana de 1952; a reforma agrária no Peru (1969-1971), no Chile (1962-1973) e as Ligas Camponesas no Brasil (1955-1964)). Na América Latina, uma teoria própria indicaria os limites do desenvolvimento (Rui Mauro Marini, 1973); Gunder Frank, 2009; Theotônio dos Santos, 1978; Vania Bambirra, 2012) nos marcos do sistema dominante que se alimentava historicamente da dependência; no México, Pablo Gonzalez Casanova (2006) traz ao debate o tema do colonialismo interno explicitando que a colonialidade não se limitava às relações entre as metrópoles e as suas colônias, mas se dava no interior dos estados territoriais, mal chamados de estados nacionais, haja vista que em seu interior vivem múltiplas nacionalidades. Ainda na América Latina, a Igreja Católica faz uma aproximação profunda com a questão social com sua “opção preferencial pelos pobres” desde Puebla e Medellín, o que viria proporcionar uma enorme mobilização popular através das CEB (Comunidades Eclesiais de Base) ensinando, inclusive, teorias pedagógicas de novo espírito como a Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire (1997). Registre-se, ainda, o surgimento da Investigação Ação Participativa, com Orlando Fals Borda (1998) a partir da Colômbia.

Como se vê o mundo em suas diversas geografias começa a falar através dos *condenados da terra*, a partir daqueles e daquelas que foram assimilados à natureza. O *euurocentrismo*, com esse neologismo sugiro que se trata de uma mesma matriz civilizatória dos dois lados do Atlântico Norte, e sua colonialidade, o machismo/patriarcalismo, o racismo e o ecocídio começam a ser postos em xeque por gente de carne e osso. Enfim, os pilares do sistema de poder e de saber instituídos a partir de 1492 começam a ser questionados enquanto uma crise civilizatória que não podia ser reduzida a uma crítica ao capitalismo, embora essa crítica deva ser devidamente considerada. Afinal, o capitalismo, como salientamos, foi um dos vetores principais da expansão/invasão do sistema mundo moderno-colonial ora em caos sistêmico.

A Grande Aceleração: de Antropoceno, de Capitaloceno, de ...

O fim da segunda guerra em 1945 não só trouxe à tona a era da incerteza da vida com a bomba atômica. Colocou também à disposição do capitalismo estadunidense todo um arsenal produtivo que havia sido enormemente potencializado pelas grandes corporações que se desenvolvera durante a guerra. O advento da televisão favorecerá enormemente a expansão daquilo que Felix Guatarri viria chamar, mais tarde, de “*fabricação*

capitalística da subjetividade” (Guatarri e Rolnik, 2000) em que a indústria da publicidade e Hollywood cumpriram um papel fundamental na afirmação do *american way of life*.

Assim, uma poderosa máquina publicitária ideológica será posta em marcha para vender ao mundo um modo próprio de bem-estar a ser realizado pelo consumo, permitindo a realização dos lucros daquela poderosa máquina produtiva herdada da guerra. E, para isso, muitos aditivos químicos são adicionados aos produtos perecíveis que haveriam de ter seu valor de uso mantido por mais tempo evitando que se deteriore, pois se perdem seu valor de uso não podem realizar seu valor de troca e os lucros que são sua *raison d'être*.

E não só capacidade de produção exponencialmente potencializada pela indústria de guerra e pela máquina publicitária e de afirmação da hegemonia cultural em que Hollywood cumpriu um papel fundamental, contribuíram para afirmação da hegemonia estadunidense, mas também um complexo de poder industrial-militar se afirmou que, inclusive, mereceu um alerta crítico do General-Presidente Dwight Eisenhower (1890-1969) em seu discurso de despedida.

“Nos conselhos de governo, devemos precaver contra a aquisição de influência indevida, se procurado ou espontaneamente, pelo complexo militar-industrial. O potencial para a ascensão desastrosa de poder equivocada existe e vai persistir. Nunca devemos deixar que o peso dessa combinação colocar em perigo as nossas liberdades ou os processos democráticos. Nós devemos tomar nada como garantido. Apenas um cidadão atento e experiente pode obrigar a malha adequada das máquinas enormes industrial e militar de defesa com os nossos métodos e metas pacíficos, de modo que a segurança e a liberdade possam prosperar juntas” (D. Eisenhower. Extrato do Discurso de Despedida de 17 de janeiro de 1961).

Desde que H. Truman inventou, em 1949, a ideia de desenvolvimento (Arturo Escobar, 1996) e, com ela, a de subdesenvolvimento, não mais se fala de colonizar nem de civilizar os povos do mundo, mas de *desenvolvê-los*. Novo nome para velhas práticas coloniais, onde o outro deixa de ser outro e o melhor destino que lhes cabe é ser *desenvolvido* como os que os colonizam. Todos estariam condenados ao desenvolvimento. Chegou-se ao paroxismo de afirmar que o direito ao desenvolvimento era um direito humano fundamental, valha o etnocentrismo do que é chamado de humano.

O Banco Mundial se encarregaria de enviar suas Missões ao Terceiro Mundo e assim, novos missionários, técnicos, vão substituir os velhos missionários, religiosos, em sua nova pregação: “levar o desenvolvimento”. Ao contrário da biologia, onde cada ser vivo tem seu próprio gene e seu próprio tempo de vida e de reprodução, enfim,

de desenvolvimento, no caso do “desenvolvimento econômico e social” há um modelo a ser seguido: o dos países desenvolvidos. Registre-se que esses missionários invariavelmente nasceram ou foram educados nos países do Primeiro Mundo. Do outro lado do mundo, das periferias, podia-se ouvir a voz de Mahatma Gandhi (1869-1948) mostrando os limites dessa visão colonial. É seu o alerta: “*Para desenvolver a Inglaterra foi necessário o planeta inteiro. O que será necessário para desenvolver a Índia?*” (Mahatma Gandhi, s/d).

As novas tecnologias de comunicação vão permitir que as grandes corporações transnacionais controlem suas ações a distâncias cada vez maiores, inclusive em tempo real e, com isso, vão facilitar sua presença mais efetiva em cada canto do mundo, embora suas sedes permaneçam sobretudo na Europa, nos EEUU e no Japão para onde flui a mais valia global.

A revolução nos transportes (*container*, entre elas) vai permitir o deslocamento de volumes de matéria em proporções jamais vistas em toda a história da humanidade. As diversas geografias do mundo serão profundamente alteradas pela aceleração na exploração de matéria e energia, haja vista que a demanda aumentara de maneira exponencial. A tensão entre o tempo da lógica abstrata que mede a riqueza em dinheiro e que move a ação dos CEOs das grandes corporações, de um lado, e os *topoi* onde a vida se reproduz em suas complexas relações geograficamente diferenciadas e complementares da biota-biocenose e dos tempos próprios de produção/reprodução da vida prático-cultural dos povos indígenas e das comunidades camponesas. Para que se tenha um pouco desses números avassaladores consultar Luiz Marques (2015) em seu livro *Capitalismo e Colapso Ambiental*.

Os últimos 70 anos do pós-guerra são os 70 anos de maior devastação e expropriação de povos e comunidades camponesas de toda a história da humanidade! Em 1960, a população mundial, segundo a ONU, orbitava em torno de 3,2 bilhões de habitantes, dos quais 1,8 bilhões estavam na área rural e 1,4 bilhões nas áreas urbanas. Em 2015, segundo a mesma fonte, a população mundial era de 7,2 bilhões, sendo a população urbana de 3,8 bilhões e a população rural de 3,4 bilhões de habitantes.

Com a urbanização, a demanda de matéria e energia aumenta exponencialmente de modo que a pressão sobre os territórios dos povos indígenas e quilombolas e das comunidades camponesas é maior do que indica o já espantoso aumento demográfico, onde a população urbana passara de 1,4 bilhões, em 1960, para 3,8 bilhões, em 2015, um aumento de 271%! Acrescente-se que a “fabricação capitalística da subjetividade” se encarrega de fazer com que o que consumimos não só seja fisicamente obsoleto, como se viu com o obsoletismo planejado tão bem analisado por Vance Packard, como

também com o obsoletismo subjetivo como demonstrara Felix Guatarri, com a indústria da moda fazendo cair em desuso muitos objetos que bem poderiam continuar em uso (obsoletismo moral, havia chamado Marx).

O fenômeno da migração adquire enorme relevância e os limites dos valores do sistema começam a se mostrar: não só porque grandes massas de condenados da terra miram e migram para os lugares/cidades/regiões/países/continentes onde a riqueza está concentrada. Em reação a isso, nos EEUU e na Europa a xenofobia e o racismo se aguçam mostrando os limites do nacionalismo conservador, como o fascismo e o nazismo.

O sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (2006) já nos havia alertado que a primeira geração dos que buscam esses lugares/cidades/regiões/países/continentes onde a riqueza está concentrada veem sua vida como melhor nesses novos sítios do que a vida que levavam nos lugares/cidades/regiões/países/continentes que se viram obrigados a abandonar. No entanto, a segunda geração, já nascida nesses novos lugares, tende a exigir maior participação na riqueza social e, com isso, se aguçam as condições de possibilidade de conflitos e de pressão sobre as condições metabólicas de reprodução da vida. Ou seja, tende a aumentar a conflitividade e a devastação se não formos capazes de sinalizar para outros horizontes de sentido para a vida.

Prestemos atenção: enquanto a demanda de matéria e energia se expande exponencialmente no espírito do *american way of life* para uma população urbana que havia mais que duplicado entre 1960 e 2015, a população rural do mundo, no mesmo período, passara de 1,8 bilhões para 3,4 bilhões, ou seja, aumentara em 1,6 bilhões de habitantes, quase dobrara! Jamais tivemos tanta gente vivendo no campo em toda a história da humanidade como hoje! Ou, se se preferir, a população rural era, em 2015, maior que a população mundial total em 1960! Em outras palavras, se os últimos 70 anos foram os 70 anos mais devastadores da história da humanidade e os 70 anos de maior expropriação de povos originários e comunidades camponesas, temos aqui uma das maiores expressões do caos sistêmico que vivemos, e de modo nada abstrato, nas diversas geografias do mundo e particularmente sofridas para etnias/povos/nacionalidades e grupos/classes sociais que passam viver sob permanente pressão em seus territórios ou abandonados à própria sorte nas periferias urbanas. Dos 3,8 bilhões de habitantes urbanos, 70% não estão nas cidades-luz prometidas pela modernização *eeurocêntrica*, mas sim em cidades africanas, latino-americanas e asiáticas! Enfim, periferias urbanas, esse sim o grande fenômeno sociogeográfico dos últimos 70 anos onde tanta gente foi jogada quando o estado foi convidado pela *troika* (BIRD, FMI e OMC) a se retirar de suas responsabilidades sociais com as políticas liberal-conservadoras.

Nos meios acadêmicos, a ideia de Antropoceno começa a ganhar vida sobretudo depois que o químico Paul Crutzen propôs, no ano 2000, esse termo para substituir o já consagrado pelos geólogos como Holoceno. Com essa ideia, a espécie humana - *Homo sapiens sapiens* - se torna um agente geológico-geomorfológico-climático nos marcos da tradição científica convencional de matriz euurocêntrica.

Segundo Maristella Svampa,

“O ingresso na nova era se deu a partir da Revolução Industrial, é dizer, com a invenção da máquina a vapor e o começo da exploração dos combustíveis fósseis, primeiro o carvão, logo depois o petróleo. A esta primeira fase se sobrepôs uma segunda chamada “A Grande Aceleração”, iniciada depois de 1945 e ilustrada por uma grande quantidade de indicadores da atividade humana que vão desde a maior petrolização das sociedades, a concentração atmosférica do carbono e do metano, o aumento de represas hidrelétricas, passando por mudanças no ciclo do nitrogênio, do fósforo e a drástica perda de biodiversidade. Todos esses indicadores dão conta de um impulso exponencial de impactos de origem antrópico sobre o planeta desde 1950 em diante” (Svampa, 2017).

O *Anthropocene Working Group*, grupo formado por cientistas da Universidade de Leicester e do Serviço Geológico Britânico, também afirma que o planeta teria ingressado numa nova era geológica, o Antropoceno. Esse grupo, em fins de 2016, com suas investigações com provas estratigráficas mostraram a presença de alumínio, de cimento concreto, plástico, restos de provas nucleares, o aumento do dióxido de carbono, a chuva radioativa, entre outras inscrições nos sedimentos, que haveria começado em 1950, com os resíduos radiativos das bombas atômicas, pois a marca que determina essa mudança são os resíduos radiativos do plutônio após os numerosos ensaios com bombas atômicas realizados desde meados do século XX (Svampa, 2017).

A ideia de Antropoceno, no entanto, expõe os limites do antropocentrismo nela implicado que, como salientamos, precisa ser devidamente qualificado. Afinal, a espécie humana - *Homo sapiens sapiens* - só existe por meio de relações sociais e de poder que concretizam seus múltiplos horizontes de sentido para a vida, em suma, seus modos de vida, mundos de vida, modos de produção, culturas e civilizações que emprestam significados às suas práticas. Enfim, a ideia de espécie humana que subjaz ao Antropoceno esconde o fato primordial de que a espécie humana só existe sob diferentes formas de ser humano com diferentes formas de relação sociais e de poder com suas condições de reprodução metabólica (terra/solo/subsolo-ar-água-fotossíntese/flora/fauna).

Não foi uma abstrata espécie humana que inventou a máquina a vapor e, mais do que isso, que a fez se tornar um “sistema técnico” universalizável, o que só foi possível como parte de um determinado modo de organização societário derivado do Iluminismo, primeiro pelo capitalismo (pela Burguesia) e, num segundo momento, pela disputa entre o capitalismo e o socialismo realmente existente (pelos Gestores), sobretudo no pós-guerra de 1945. Depois da IIª Guerra, o capitalismo em suas duas versões, o Capitalismo Monopolista de Estado, hegemônico pelo grande capital monopolista e geopoliticamente pelos EEUU, e pelo Capitalismo de Estado Monopolista, hegemônico pelos Gestores e geopoliticamente pela URSS até 1989 e, depois, pela China.

O mito da técnica, que se desenvolve junto com a geocultura ocidental (Wallerstein, 2006), inspirado em Francis Bacon e sua ideia de dominação da natureza, nos fez ver mais a máquina do que o combustível que a movia e que além de produzir *inputs* materiais positivos, produzia também vapor, lixo e dissipava energia sob a forma de calor. Esclareça-se que não existe sociedade sem técnica, sem saber fazer, sem *savoir faire*, sem *know how*. Tornar a técnica, ou melhor dizendo com Francis Bacon (Bacon *apud* de Oliveira, 2002), a tecnociência no centro da vida social faz parte do constructo da civilização europeia com o capitalismo. Afinal, como nos ensinara Milton Santos, o que faz diferir um objeto técnico de um objeto natural, é ser um objeto impregnado de intencionalidade que, como sabemos, se forja socioculturalmente. Mais uma vez, viu o homem fora de seu metabolismo olvidando a mensagem dos fisiocratas. No entanto, a grande transformação que a partir dali se dará é que a produção não mais visa diretamente a reprodução da vida e se destina aos que estão geograficamente ligados ao lugar onde se produz. Não, a produção cada vez mais se referencia numa escala supralocal, num mercado que deixa de ser o mercado local. Com a máquina a vapor aplicada aos transportes terrestres, ferrovias, de início e, depois, à navegação marítima (navio a vapor) os fósseis passaram a mover a produção e a circulação generalizando-se. Os diferentes lugares/regiões/povos do mundo que, até então, se moviam com base na energia solar/fotossíntese *de cada dia* passam, agora, a se verem desterritorializados pelo sistema técnico que se move com base no Sol/fotossíntese *de milhões de anos atrás* mineralizado sob a forma de carvão e de petróleo em jazidas que passam a ser disputadas a ferro e fogo. Nenhum país da periferia do sistema mundo terá paz se tem carvão, petróleo e gás. Afinal, carvão e petróleo não são matérias quaisquer, mas energia e, como tal, potencializam a capacidade de trabalho com a máquina a vapor. Não sem sentido a potência de um motor se mede em HP, isto é, em equivalentes de cavalo: HP - *Horse Power*. E o cavalo, antes, dependia da fotossíntese sob a forma de forragem

e deveria estar próximo da agricultura para se alimentar e alimentar as gentes com seu trabalho. A cidade, nesse contexto técnico com base na fotossíntese/no Sol nosso de cada dia, não podia se agigantar, o que já não se passa com o a generalização do uso do Sol de milhões de anos atrás, cuja fotossíntese está sob a forma de carvão e de petróleo. O carvão, embora concentrando equivalentes de cavalos, necessitava de uma logística complexa para ser transportado. O petróleo e o gás se autotransportam pelos oleodutos e gasodutos.

Não olvidemos, como nos ensinam as leis da termodinâmica que, no processo de trabalho, parte da energia se dissipa sob a forma de calor e não pode ser reaproveitada. E, no processo de trabalho, a transformação da matéria sempre implica separar o que é útil do que não é. Sempre há lixo/rejeito cuja distribuição na geografia do mundo em suas diferentes escalas se faz segundo as relações sociais e de poder, assim como a riqueza sob a forma de mercadoria é, também, desfrutada de modo desigual segundo as regiões e os grupos/classes sociais conforme a hierarquia do sistema mundo centro-periférico moderno/colonial. Uma geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos.

Enfim, ignorar toda essa complexa tessitura geográfica, social e política para caracterizar a desordem ecológica em suas diferentes geografias atravessadas pelas relações sociais e de poder em nome do Antropoceno é regredir aos tempos em que Karl Marx (1818-1883) ainda estava próximo a Ludwig Feuerbach (1804-1872).

Outros conceitos haveremos de buscar para sermos mais precisos do que o de Antropoceno. Capitaloceno? Sim, na medida em que nos obriga a considerar que a espécie humana - *Homo Sapiens sapiens* - enquanto categoria biológica não dá conta da práxis humana que, sempre, se dá através de relações sociais e de poder culturalmente mediadas. Os próprios autores que vêm propondo o conceito de Antropoceno destacam o momento constitutivo da revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) industrial e sua máquina movida a fósil para caracterizar esse novo período em que a espécie se transforma em um agente geológico/climático. Já assinalamos que essa máquina proporciona maior capacidade de trabalho e, assim de transformação da matéria e, com isso, transforma a escala das relações sociometabólicas tanto em termos espaciais como geográficos. A escala local, onde se dão as complexas relações biocenóticas com a biota através dos tempos dos povos/grupos sociais e suas culturas que nessa escala se realizam, se vê dinamizada por outras temporalidades mediadas (1) pela concorrência entre os capitais entre si e (2) pela busca pelas classes proprietárias e gestoras de maior apropriação de sobretrabalho possível aperfeiçoando técnicas que lhes permitam fazer com que o trabalhador produza o equivalente de seu salário

no menor tempo possível. Quanto menor o tempo que o trabalhador produza o equivalente de seu salário, mantida a jornada de trabalho, o que uma tecnologia mais apurada permite, maior é o sobretrabalho. Eis o fetichismo da tecnologia, pois parece que é a tecnologia que gera mais valor, mas não o fato de que com ela o trabalhador (1) não só produza mais *output*, como também (2) produz o equivalente de seu salário em menor tempo. O capitalismo é uma religião, conforme destaca Walter Benjamin (Benjamim, 1985).

Há uma certa recusa em assumir o conceito de Capitaloceno por vários cientistas com a preocupação que a ideia fique capturada pela oposição entre liberais, em defesa do capitalismo, de um lado, e socialistas, de outro. A experiência histórica do século XX, apesar da polarização ideológica, nos mostra que as experiências que se reivindicaram socialistas também dilapidaram as condições metabólicas de reprodução da vida, ainda que por razões diferentes daquelas que nos ajudam a entender a degradação ambiental nos países capitalistas. Nos países capitalistas, sabemos, a economia ganha centralidade nas relações sociais e de poder e, no caso das sociedades socialistas é a política que comanda a economia (Foladori, 2005). Segundo Guillermo Foladori, nos países socialistas vários elementos devem ser considerados para entender a degradação ambiental, a saber:

- a) A tecnologia era uma tecnologia herdada do capitalismo de antes da consciência ambiental (antes dos anos 1970), uma tecnologia capitalista degradante em si mesma. Isto foi argumentado pelo ambientalista norte-americano Barry Commoner (1992);
- b) A parte da produção que os países socialistas vendiam no mercado mundial estava sujeita às leis do mercado, já que seus preços deveriam ser competitivos com os dos países capitalistas, de maneira que as mesmas leis econômicas do capitalismo se aplicavam para os ramos da economia dependentes do mercado exterior;
- c) Os planos de desenvolvimento estavam elaborados tendo como parâmetro a concorrência política com os países capitalistas. Concorrência na área armamentista, na segurança alimentar, na tecnologia etc. A guerra fria permeava os planos de desenvolvimento;
- d) Por último, e contraditoriamente, é conhecido que os defeitos da degradação ambiental são sentidos principalmente pela população como consumidora (antes do que como produtora), mas o socialismo real tinha poucos mecanismos para a participação dos consumidores na política, o que dificultava este tipo de expressão (Foladori, 2005: 44).

Pode-se argumentar que, mesmo com revoluções (URSS, China e Cuba) ou processos outros que instituíram regimes socialistas (países da “Cortina de Ferro” do

Leste europeu, por exemplo), a dinâmica da economia mundial permaneceu condicionada pela lógica do mercado capitalista onde o aumento da produtividade joga um papel importante ao lado do poder dos monopólios/monopsônios e oligopólios/oligopsônios (há exceções entre os países socialistas, como é o caso de Cuba, com o desenvolvimento da biotecnologia para substituir insumos químicos na produção agropecuária e como resposta às limitações de divisas e abastecimento de produtos químicos durante as últimas duas décadas (Foladori, 2005). Há que se considerar, ainda, a lógica territorialista que acompanha a lógica capitalista no sistema mundo, conforme nos ensina Giovanni Arrighi (1994). Assim, ao D-D', da lógica capitalista, devemos considerar a busca pelo controle territorial - T-T' - qual seja a busca pelo controle de mais territórios, enfim, de *inputs* naturais e de populações que possam ser submetidas a super-exploração do trabalho, sobretudo nas periferias do sistema.

A forma estatal, o estado territorial consagrado desde Vestefália, tem sua lógica própria associada à lógica capitalista que comandam, ambas, a dinâmica do sistema mundo moderno-colonial. Embora Karl Marx tenha afirmado que “o capital não tem pátria”, todo um sistema interestatal (de pátrias) foi conformado com o desenvolvimento capitalista, conforme bem explicitou Immanuel Wallerstein (2006). A forma Estado não pode ser compreendida sem sua forma Territorial enquanto forma de controle de um espaço geográfico - condições metabólicas de produção/reprodução da vida e de população -, enfim, de povos, haja vista que no interior dos territórios dos estados havia, sempre, diferentes etnias/povos/nacionalidades em situação de colonialismo interno (Gonzalez Casanova), condição ignorada pelo estado nacional que dissolve no nacional a diversidade territorial realmente existente.

Nos países socialistas, a forma estado prevaleceu em nome da primazia da política sobre a economia, na verdade pela primazia dos Gestores que controlavam os meios de produção através do estado com seus planos centralizados. O caso da União Soviética é emblemático haja vista que uma revolução política, a de 1917, teve o protagonismo dos *soviets* - conselhos populares que apontavam para a autogestão - que, pouco a pouco, foram sendo substituídos pela gestão centralizada, entenda-se pelos Gestores em nome do planejamento da economia. Enfim, a mão invisível do mercado foi substituída pela mão visível do estado através do partido. Em 1989, quando caiu a União Soviética, paradoxalmente, não havia nenhum *soviet* para defendê-la. A política saiu da sociedade - dos *soviets* - e se concentrara no estado, sobretudo em nome da maior eficácia do planejamento econômico. Tudo indica que os que protagonizaram o socialismo realmente existente olvidaram que a “Contribuição à Crítica da Economia Política”, subtítulo

de O Capital, nos indicava que Karl Marx, expoente maior dessa tradição teórico-política, fazia uma *crítica da economia política* e não uma obra de economia. Assim, a economia colonizou o pensamento político. E não só, a lógica territorialista do sistema mundo moderno-colonial ganhou novos contornos competitivos entre os blocos capitalista e socialista.

Assim, os cuidados com as condições metabólicas de reprodução da vida ficaram em segundo plano e a defesa do sistema por cada um dos lados, sobretudo no período da chamada guerra fria e da grande aceleração, passou a ser mais importante que a defesa da vida, o que levou o historiador marxista E. P. Thompson (Thompson, 1985), ele mesmo ativista da causa ecológica e anti-armamentista, a caracterizar o momento pós-segunda guerra como domínio do “modo de produção exterminista” em que uma tecnologia de morte se justificava para a defesa dos dois sistemas em pugna.

Além disso, as duas vertentes societárias estavam ambas obcecadas pela urbano-industrialização em que a dominação da natureza justificava a des-ruralização contra o campo e contra os camponeses, contra os povos *selvagens* (da *selva*, isto é, da natureza), contra o mundo rural, contra o mundo não-urbano, haja vista que estariam mais próximos da natureza. Talvez seja o caso de lembrar que, por ironia do destino, urbano é uma palavra que, em latim, deriva “de *urbanum* (arado)” de onde “vem o sentido de povoação, a forma física da ocupação do espaço de vida delimitado pelo sulco dos bois sagrados que marcava o território da produção e de vida dos romanos” (Monte-Mór, 2006: 11). Ou seja, desde a antiguidade europeia a cidade implica o sulco, a pegada, da sociedade na natureza.

Se alguma virtude há na ideia de Antropoceno é a de que os homens são parte da natureza, mas essa ideia é partilhada por muitos dos grupos/classes sociais/povos/regiões que foram bloqueados em sua reprodução metabólica e social por uma determinada civilização, a ocidental pós-Renascimento, que num determinado momento de sua própria trajetória pensou/agiu para organizar um sistema técnico e societário cujo *leitmotif* confundiu riqueza (qualidade/concreta) com dinheiro (quantidade/abstrata).

Enfim, não foi uma espécie humana genérica, mas sim o Homo sapiens sapiens numa forma social e de poder específica, a civilização ocidental impulsionada pelo capitalismo que, ao colonizar outros povos e regiões, limitou as condições de reprodução metabólicas, epistêmicas e políticas dessas outras civilizações. E não foram poucas.

O socialismo/comunismo como ideia/prática, igualmente nascido na Europa, se verá pouco a pouco aprisionado pela tradição liberal que, se contrapondo ao conservadorismo

da Nobreza e dos Senhores Feudais e, em nome da razão Iluminista, também viu na tecnociência, tal como Francis Bacon (Bacon *apud* Oliveira, 1992), um poderoso instrumento para a emancipação humana através da dominação da natureza. É preciso tomar isso em conta para discernir a fase atual do liberalismo pós-anos 1970 do liberalismo do século XIX. Há uma regressão histórica haja vista que as ideias liberais atuais se aliam a ideias conservadoras, ao contrário do liberalismo oitocentista que, talvez tenham sido melhor representados pela social democracia europeia e pelos regimes socialistas do século XX. Afinal, como nos esclareceu o luxemburguista Paul Mattick (Mattick, 1977), a diferença entre os socialdemocratas e os bolcheviques se dá pela forma como chegaram ao governo, um pelas reformas, a socialdemocracia, e outro pela revolução, os bolcheviques, mas não pela forma como exercem o poder sem o protagonismo das gentes comuns, dos povos, enfim, dos grupos/classes sociais em situação de subalternização. O exemplo dos *soviets* me parece emblemático. Tudo passa ser uma questão de Gestão desqualificando a autogestão que, no fundo, é a narrativa dos Gestores e seus planos racionais para garantir o desenvolvimento das forças produtivas. A emancipação humana viria pela tecnociência e não pela política, em suma, não viria pelo protagonismo dos grupos/classes sociais em situação de subalternização em busca de sua emancipação, como se viu na Comuna e Paris e nos *soviets*. Seria a tecnociência que nos proporcionaria as condições para o desenvolvimento das forças produtivas que libertariam os homens de seu sofrimento/alienação. A Razão Técnica se impôs à direita e à esquerda do espectro político. Enfim, Capitaloceno embora seja um conceito que avança para além do Antropoceno não dá conta da complexidade do que está em curso.

O Giro Territorial

O final dos anos 1960 e inícios dos 1970 acusaram as profundas transformações em curso advindas da “grande aceleração” e do “mal-estar da civilização” de um sistema mundo que, desde 1492, colonizara o mundo. Do ponto de vista do conhecimento, uma grande revolução se dera com o que foi chamado de giro espacial em que a primazia do tempo começa a ser posta em xeque para o que muito contribuíram as obras de Michel Foucault, de Henry Lefebvre e de David Harvey. Até mesmo a ONU chegou a convocar uma grande conferência em Estocolmo, em 1972, para debater o meio ambiente tomando como base o documento “Os limites do crescimento”, o Relatório Meadows que, em parte, procurava dar respostas à crítica do desperdício do consumismo e da corrida armamentista que vinha das ruas.

Mas, como salientamos, havia um movimento profundo em que muitas histórias começaram a ser contadas a partir de outras geografias, de outros lugares/regiões/países/continentes. O mundo passava não mais a ser

visto como se fossem etapas de um processo linear que colocava a Europa norte ocidental no ápice de um modelo civilizatório, como se cada lugar/região/país/continente do mundo fosse medido por um aparelho de medida do grau de civilização que bem poderia ser chamado de *eeurômetro*, me perdoe o leitor o neologismo. Enfim, uma temporalidade que via o mundo a partir de um tempo único, como se o mundo tivesse um só relógio, começa a ser abertamente questionada a partir de várias geografias, com a “natureza falando” a partir de um lugar/corpo mulher, de um lugar/corpo negro, de um lugar/corpo índio, com os Panteras Negras, com os Jacobinos Negros, com o *Se Me Deixarem Falar* de Domitila Chungara, mulher operária indígena dos Andes, com os *Condenados da Terra*, com a Carta de Barbados, com o Manifesto de Thianuanaco, com a *Revolução Índia* onde o próprio movimento indígena questionava o indigenismo que os tutelava e os *ninguneava*, com o questionamento do colonialismo interno (Gonzalez Casanova, 2006).

O mal-estar civilizatório no primeiro mundo se mostrara numa subjetividade rebelde, numa contracultura, o que indicava a busca de outros horizontes de sentido para a vida. A diversidade se mostrava um valor a ser respeitado e até mesmo uma filosofia pós-moderna pretendia exprimi-la, mas seu próprio batismo como pós-moderno indicava a omissão de sua face colonial que, nas ruas e nas geografias colonizadas, gritava. Afinal, o sistema mundo que se constituía a partir de 1492 era moderno-colonial e se organizou em torno do racismo, do patriarcado, de uma colonialidade do saber, do capitalismo e em torno de uma forma geográfica de organizar as relações de poder original, a saber, o estado territorial desde o Tratado de Vestefália de 1648. Enfim, uma ciência surgida numa província do mundo e que se quer, única, uni-versal (versão única?). Diga-se, de passagem, uma ciência escrita sobretudo por homens, e não por mulheres, que, talvez, por isso fale mais de dominação da natureza do que de cuidado; fale mais de produção e menos de reprodução e fale mais de trabalho e menos de vida.

O espaço, até então negligenciado no campo do conhecimento, passa a ganhar importância. Até então o espaço não era posto em questão. No entanto, como as relações de poder se fazem através da organização dos corpos que, em suas relações conformam os espaços e suas geografias, não questionar o espaço indicava justamente que as relações de poder não estavam sendo postas em xeque. O espaço banalizada/naturalizava as relações sociais e de poder e, desse modo, as legitimava. Trazer o espaço ao debate é, nesse sentido, admitir que as relações sociais e de poder estão em debate, estão sendo desnaturalizadas. Que outros mundos estão pedindo passagem. Eis o espaço-tempo em caos sistêmico que nos cabe habitar em que se buscam outras territorialidades em processos de territorialização.

Em 1971, o Sr. Richard Nixon, Presidente dos EEUU, pôs fim unilateralmente ao padrão dólar-ouro e ao sistema *Bretton Woods*. A administração de Charles de Gaulle, na França, vinha reduzindo até 1970 suas reservas de dólar e, assim, a influência econômica dos Estados Unidos no exterior. Nos anos seguintes, quando os bancos centrais europeus mostraram a intenção de resgatar, em ouro, o máximo possível de seus inflados estoques de dólares, Richard Nixon, decidiu, em 15 de agosto de 1971, unilateralmente e sem prévio aviso, pôr fim ao que restava do padrão-ouro, acabando com a convertibilidade direta do dólar em ouro e quebrando o sistema de *Bretton Woods*. Os EUA não mais honrariam o compromisso assumido em 1944 e, pela primeira vez na história, o dólar tornava-se totalmente fiduciário e sem qualquer lastro em ouro. O dólar se impõe como a Moeda do mundo. Os EEUU põem em prática, ainda, uma ousada jogada geopolítica ao se aproximar da China Comunista se aproveitando das divergências sino-soviéticas que já vinham desde finais dos anos 1950. Esse fato, com certeza, contribuirá para a queda da URSS em 1989. Contribuirá, também, para afirmar o poder dos Gestores no interior do Partido Comunista chinês derrotando os que propugnavam por uma revolução cultural, que se aproveitariam das brechas para desencadear um dos mais espetaculares regimes de acumulação de capital atraindo para a China as maiores corporações capitalistas do mundo. Os negócios da China voltariam a comandar o comércio mundial. Uma aliança impensável até então, entre os Gestores do Partido Comunista da China e Wall Street e as grandes corporações capitalistas ocidentais, se estabelece. Com certeza o conceito de imperialismo tão debatido desde finais do século XIX e inícios do século XX, passa a ter uma fase além da última que um dos seus maiores teóricos, V. Lenin, lhe havia atribuído.

Começa, então, um ataque violento ao nacionalismo em nome da globalização. Tratava-se, na verdade, da resposta do grande capital ao nacionalismo revolucionário que grassava, sobretudo no chamado terceiro mundo, diferente do nacionalismo conservador, imperialista, que imperara na Europa e que levava a duas guerras mundiais e ao nazismo e fascismo. O sangrento golpe militar contra a curta experiência de socialismo democrático no Chile de Salvador Allende, em 1973, ensinaria a primeira experiência neoliberal que o mundo conheceria. É preciso não esquecer que essa experiência histórica que vem nos marcando nesse período histórico em crise começou sobre tortura e cadáveres numa das mais violentas ditaduras que o mundo conheceu com Augusto Pinochet. Abrir fronteiras se torna uma palavra de ordem não necessariamente libertária, sendo particularmente capturada pelo capital financeiro dolarizado. O slogan “Abaixo a fronteiras”, um brado das “barricadas do desejo” de 1968, foi brandido por um gerente de uma das maiores corporações do mundo,

o Sr. Jacques Maisonrouge, da IBM. O território como base do estado, um dos pilares da ordem mundial desde Vestefália, começa a ser abalado por cima.

Até mesmo a imagem da Terra vista do espaço, tal como um globo flutuando sem fronteiras, contribuirá para o imaginário da globalização. A globalização se naturaliza e, assim, a natureza daqueles que se afirmam nessa escala aparece como natural. O capital financeiro, na esteira do dólar sem lastro, promoverá uma desterritorialização generalizada. Para isso, o FMI, o GATT/OMC e o Banco Mundial, uma nova *troika*, passará a impor medidas de desregulação/novas regulações e, assim, o estado começa a se *des-democratizar* e a se *des-nacionalizar* retomando a feliz expressão de Anibal Quijano. As práticas neoliberais se encarregarão de demonstrar a centralidade do estado disputando seu controle com/contra os socialdemocratas, os nacionalistas revolucionários e aos socialistas/comunistas.

A Terra sem fronteiras acentuará a ideia de que vivemos numa casa comum. O tema da devastação/cuidado da natureza se torna uma questão política aberta para o que muito contribuiu a 1ª Conferência da ONU convocada para debater essa questão, em 1972, que, assim, acusava a força do movimento que vinha das ruas.

Nasce, assim, em 1972, um ambientalismo institucionalizado nos estados com secretarias de meio ambiente sendo criadas por todo lado, e nas corporações empresariais que criam departamentos de meio ambiente, quase sempre subordinados aos departamentos de *marketing*. Inclusive, o campo ambiental muito contribuirá para que novas formas de governo se estabeleçam através de organizações que se dizem não governamentais, mas cujo financiamento dependem dos estados e das empresas, duas instituições basilares do sistema mundo moderno colonial em crise. Na verdade, Organizações NEO-Governamentais. É preciso que entendamos que as empresas não são só instituições econômico-produtivas, que são, mas também instituições atravessadas por relações de poder, logo, instituições políticas. Os proprietários das empresas gozam de prerrogativas iguais às que os senhores feudais gozavam na Idade Média, enquanto proprietários que se querem com direitos absolutos.

A escala global passa a ser sobrevalorizada o que, no entanto, tende a esconder as múltiplas tensões escalares que lhes são subjacentes. As escalas não são abstrações e são instituídas através das relações sociais e de poder. No entanto, a colonialidade que atravessa o sistema mundo moderno em suas múltiplas escalas passou a ser abertamente questionada sobretudo ao final dos anos 1980. Para isso também contribuiu a queda da URSS e o fim da bipolaridade da geopolítica da guerra fria que impedira a emergência de outras opções políticas, os muitos horizontes de sentido para a vida política que

surgiam *desde abajo*, como se diz em bom espanhol, e que desde então passam a emergir.

“Não queremos terra, queremos território” passou a ser um brado ouvido junto a diversos grupos sociais que sofriam os efeitos práticos da “grande aceleração” contra seus mundos de vida e da bipolaridade ideológica. Desde então, um giro territorial aprofundava o giro espacial. Na Bolívia e no Equador, duas grandes marchas partiram de suas áreas mais periféricas em direção às suas capitais. Na Bolívia, partira das Terras Baixas e da Amazônia e, no Equador, da Amazônia Andina. Em ambas, as mesmas bandeiras: *Luta pela Vida, pela Dignidade e pelo Território*.

1. Com a *Luta pela Vida* indicavam a luta por todas as formas de vida, humana e não-humana e, assim, aportavam uma contribuição original ao debate sobre o que, em linguagem ocidental, chama-se natureza. Para os povos andinos, já vimos, a ideia de Pachamama não admite essa separação. Com isso, politizam o debate sobre a Natureza/a Pachamama;
2. Com a *Luta pela Dignidade* indicavam que seu modo de ser não-branco/não-ocidental é digno. É digno ser aimará, ser quéchua, ser guarani, ser ianomâmi, enfim, reivindicam a dignidade e o reconhecimento enquanto outro. Assim, politizam a cultura;
3. [Sobre o território] E como a cultura não pode existir sem as condições metabólicas de reprodução da vida reivindicam o território, ou seja, a terra/metabolismo da vida, mas não simplesmente como meio de produção, mas sim com horizontes de sentidos para a vida próprios. Não multiculturalismo, mas sim interculturalidade (Catherine Walsh), haja vista que há que se enfrentar as relações sociais e de poder que impedem a livre relação entre os diferentes e não simplesmente o reconhecimento das diferenças (turismo ecológico, folclorização) sem tocar nas relações sociais e de poder (pós-modernismo e seu multiculturalismo).

O conceito de território, até muito recentemente (1970/1980) se achava substantivado enquanto base territorial do estado. O território seria a base natural do estado. Todo estado tem seu território, diz a ordem do direito internacional desde 1648 (Vestefália). O estado territorial foi entendido como estado nacional e, com isso, as múltiplas nacionalidades/etnias/povos e, até mesmo, as clivagens de classes que existem em seu corpo foram diluídas naturalizando-as colonialmente como nacionais. O historiador Eric Hobsbawn (2008) nos informa que quando da unificação da Itália somente 2,5% da população do novo território falava italiano. E lembra da máxima de Mazzini, ideólogo da unificação italiana, que dissera “*acabamos de criar a Itália. Agora haveremos de criar os italianos*” (Eric Hobsbawn, 2008).

Desde o final da 2ª Guerra um rico debate passou a se travar nos fóruns internacionais e nos meios intelectuais sobre o destino de um povo, os judeus, que recém havia sido vítima de um dos mais horrendos massacres da história: o holocausto. Em 1952 o belga-francês Claude Lévi-Strauss publica o texto que viria se tornar um clássico: *Race et Histoire* pela UNESCO. Tratava-se de um debate que buscava garantir o respeito e os direitos às minorias étnicas no interior dos estados mal chamados nacionais, que teimavam em olvidar as múltiplas etnias/povos/nacionalidades que haviam no interior de seus territórios. Como indicamos, Robert Lafont, geógrafo occitano/francês denunciara em 1967 o colonialismo interno na França em seu livro *La Révolution Regionaliste* (Lafont, 1971 [1967] e haveria de inspirar o sociólogo mexicano Pablo Gonzalez Casanova que sistematizaria o conceito de colonialismo interno.

Os anos 1980 e, sobretudo os anos 1990, vieram o que chamamos giro territorial quando os movimentos indígenas, dos cimarrones/quilombolas/pallenqueros e campesíndios/indigenatos em luta por afirmar sua existência - R-existência - em resistência contra a expropriação que se generalizava com a demanda exponencialmente aumentada pela Grande Aceleração e pela corrida por afirmação da hegemonia entre EEUU e URSS e, com suas lutas, nos mostrarão que o território não é um substantivo, nem tampouco obra da natureza. Ao contrário é, sim, fruto de processos tensos e contraditórios. Foram esses grupos sociais que desnaturalizaram o conceito de território nos mostrando que há, sempre, uma tríade território-territorialidade-territorialização onde cada uma das partes só se esclarece pela outra. No centro dessa família conceitual está o poder, ou melhor, as relações sociais e de poder para controlar o espaço e as condições de reprodução da vida segundo regras/normas próprias.

Como se vê, com a máxima colhida nas ruas *Vida, Dignidade e Território*, estamos diante de outros horizontes políticos diversos dos que nos deu o Iluminismo com Liberdade, Igualdade e Fraternidade em que as direitas e as esquerdas se moveram e, com isso, colonizaram até muito recentemente o debate teórico e a imaginação política.

Ao trazerem essas questões para o debate, o território ganha outra dimensão quando esses grupos/classes sociais passam não mais a falar de estados nacionais, mas sim de Estados Plurinacionais, como se verá nas Cartas Magnas da Bolívia e do Equador. Cada vez mais em cartas e documentos políticos de movimentos populares se fala de povos, no plural, e não de povo, como no caso na Bolívia com o IPSP - *Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos* - e, no México, com a APPO - *Asamblea Permanente de los Pueblos de Oaxaca*. O nacionalismo tradicional está desafiado, mesmo aquele que se considera revolucionário, como o nacionalismo terceiro mundista.

Tanto na Bolívia como no Equador em suas recentes Cartas Magnas, os direitos da natureza são contemplados e, até onde sabemos, é a primeira vez que um estado moderno incluiu a natureza como portadora de direitos e esse fato ocorre justamente em dois estados modernos que estavam sendo descolonizados, ainda que de modo contraditório.

Epílogo

O filósofo francês Michel Serres em seu livro *Contrato Natural* faz alusão a um quadro - *Riña a Garrotazos* - do pintor espanhol Goya (1746 -1828) em que dois homens lutam com seus bastões e, na luta, se movimentam num determinado espaço (fig. 1). O espaço em que se movimentam não é um espaço vazio como costuma ser na tradição das ciências sociais que ignora o espaço e sua geografia. Não, ao contrário, o filósofo inspirando-se no pintor não deixa escapar que os dois lutadores se movimentam sobre um pântano. Não poderia haver melhor imagem do momento em que nos encontramos quanto à relação com a nossa casa, a Terra. Atenemos para o fato de que o jogo que os contendores jogam condiciona suas ações e na medida que nesse jogo ignoram as condições metabólicas que permitem a vida dos contendores, quanto mais se movimentem, mais se aproximam da morte. Como dissera André Gorz (Gorz, 2001), se todos lutam para ter um carro não teremos com isso o socialismo, mas sim o congestionamento do trânsito. Portanto, o socialismo não pode visar dar para todos aquilo que o capitalismo só proporciona para poucos. É de outros horizontes de sentido para a vida que o mundo/a humanidade carece.

Muitos autores vão falar de mudança paradigmática. Atenemos que os paradigmas são instituídos através de processos históricos geograficamente situados por grupos/classes sociais que os instituem. Se há paradigmas em crise isso indica que está em crise a sociedade para a qual contribuíram para instituir através dos grupos/classes sociais que instituíram esses paradigmas.

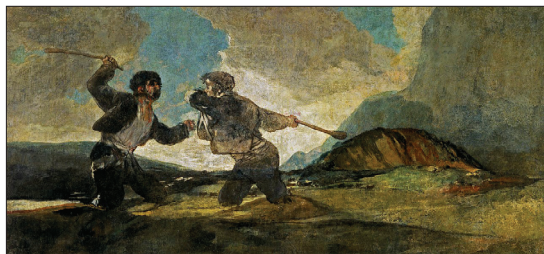


Fig. 1 - Duelo (Riña) a Garrotazos - Óleo sobre gesso, de Francisco de Goya, transferido para tela, 123 x 266 cm, Museu do Prado (Fonte: https://es.wikipedia.org/wiki/Duelo_a_garrotazos).

Fig. 1 - Duel with Cudgels - Oil on plaster, by Francisco de Goya, transferred to canvas, 123 x 266 cm, Prado Museum (Source: https://es.wikipedia.org/wiki/Duelo_a_garrotazos).

Vimos como o Antropocentrismo não era um Homem genérico, mas sim um Homem Varão, um Homem Branco, um Homem Proprietário Privado/Burguês/Gestor (Não esqueçamos que a propriedade privada priva quem não é proprietário. Os não-proprietários ficam, assim, sem poder dispor de seu corpo inorgânico (terra-água-fotossíntese), privados das condições metabólicas de produção/reprodução da vida). A separação homem-natureza se inscreve, assim, no âmago das relações de poder das sociedades de classes contemporâneas. Registre-se que a eliminação da propriedade privada a transformando em propriedade do estado, como ocorreu na maior parte dos países que se reivindicaram socialistas, mantiveram a separação através da gestão centralizada no estado enquanto instituição hierárquica. Afinal, são os Gestores, enquanto classe social, que controlam e determinam o destino a ser dado ao conjunto das condições materiais de produção/reprodução da vida, que do alto de seu saber técnico se dispõem fazer a gestão (Gestores) para as gentes comuns. No caso da ex-URSS, foi grande a tensão política entre os Gestores e os soviets que apontavam para autogestão. Marx, depois de acompanhar atentamente a experiência da Comuna de Paris em 1871, se convenceu que a Comuna era a *forma da revolução* e que uma confederação de comunas contribuiria para eliminar a separação entre a sociedade e o estado. E, ao final da vida, ao responder à carta de Vera Zasulich reiteraria essa ideia ao ver nas comunidades de aldeia russas (obschina) uma das bases do comunismo (Shanin, 2016)). Tanto o liberalismo como o socialismo são nascidos na Europa e portadores do *euurocentrismo*. É preciso descolonizar o pensamento (e a política). Assim, há que se buscar no mundo mundano os processos históricos e os grupos/classes sociais que estariam em condições de oferecer outros horizontes de sentido para a vida. Quem sabe esses grupos/classes sociais que nos oferecem outros repertórios de temas/questões/valores possam nos inspirar a fazer outros mapas que nos ajudem a navegar nesses outros mares. A questão é, portanto, epistêmica e política.

Bibliografia

- Arrighi, G. (1994). *O Longo Século XX*. Contraponto/Unesp, São Paulo.
- Bambirra, V. (2012). *O Capitalismo dependente latino-americano*. Editora Insular - IELA, Florianópolis.
- Benjamin, W. (1985). *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, v. 1. 1 ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.
- Castoriadis, C. (1982). *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Ed. Paz e Terra, São Paulo.

- Cesaire, Aimé (2006 [1956]) Carta a Maurice Thorez. In Cé- saire Aimé, Discurso sobre el colonialismo. Akal Edicio- nes, Col. Cuestiones de antagonismo, Madrid, 77-84.
- Commoner, B. (1992). *En paz con el planeta*. Barcelona: Crítica, Drakontos.
- Escobar, Arturo (1996). *La Invención del Tercer Mundo: Construcción y Deconstrucción del Desarrollo*. Norma ed., Santa Fé de Bogotá.
- Estermann, J. (2006). *Filosofía andina: sabiduría indígena para un mundo nuevo*. La Paz, ISEAT, 2ª edição.
- Fals Borda, O. (Org.). (1998). *Participación popular: retos del futuro*. ICFES/IEPRI/COLCIENCIAS, Bogotá.
- Fanon, F. (2005 [1961]). *Os Condenados da Terra*. Ed. UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais.
- Foladori, G. (2005). *Degradação ambiental no capitalismo e no socialismo*. Outubro: *Revista de Estudos Socialistas*, N. 13.
- Foucault, M. (2000). *A Palavra e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Ed. Martins Fontes, São Paulo.
- Frank, A. G. (2009). ReOriente. Economía global en la Era Asiática. Conclusiones historiográficas e implicaciones teóricas. In *Revista Crítica y Emancipación*, (2): 95-140, primer semestre 2009. Ed. Clacso, Buenos Aires.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da Autonomia*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- González Casanova, P. (2006). "O Colonialismo Interno". In Borón, Atílio. *Marxismo Hoje*. Clacso, São Paulo/ Buenos Aires.
- Gorz, A. (2001). *Crítica da Divisão do Trabalho* (coletivo). Martins Fontes, São Paulo.
- Guatarri, F. e Rolnik, S. (2000). *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Hobsbawn, Eric (2008). *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Ed. Paz e Terra, São Paulo.
- James, C. R. L. (2007 [1938]). *Os Jacobinos Negros*. Ed. Boitempo, São Paulo.
- Lafont, R. (1971 [1967]). *La revolución regionalista*. Barcelona: Ed. Ariel.
- Marques, L.(2015). *Capitalismo e Colapso Ambiental*, Ed. Cia das Letras. São Paulo.
- Marini, R. M. (1973). *Dialéctica de la dependencia*, México D.F., Ediciones Era.
- Martensen, R. (1998). A transformação de Eva: Os corpos das mulheres, medicina e cultura no início da Inglaterra moderna. In: *Conhecimento Sexual, Ciência Sexual: A História das Atitudes em Relação à Sexualidade* (R. Porter & M. Teich, org.), São Paulo: Editora UNESP, 133-164.
- Mattick, P. (1977). *Integração Capitalista e Ruptura Operária*. Ed. Regra do Jogo, São Paulo.
- Mignolo, W. (2001). *Histórias Locais*. Projetos Globais. Ed. UFMG, Belo Horizonte.
- Monte-Mór, R. L. (2006). O que é urbano no mundo contemporâneo. In *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.º 111, jul-dez 2006. IPARDES, Curitiba.
- Oliveira, B. J. D. (2002). *Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Panikkar, R. (2004). Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental. *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 205-238.
- Pires, B. T. (2008). *A Presença de Francis Bacon na Enciclopédia (Dissertação de Mestrado em História da Filosofia)*. Apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- Pomeranz, K. (2013). *A Grande Divergência. A China, a Europa e a Formação da Economia Mundial Moderna*. Lisboa, Edições 70.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2001). Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ceceña, A. E. y Sader, E. (Coords.) *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires, Clacso, 2001.
- Quijano, A. (2005). Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Revista Estudos Avançados. Dossiê América Latina*. Vol. 19 no.55. São Paulo Set./Dez.
- Santos, T. dos (1978). *Imperialismo y dependencia*. Ed. Era, México.
- Shanin, T. (2016). *Marx tardio e a via russa - Marx e as periferias do capitalismo*. Ed. Expressão Popular, Rio de Janeiro.
- Svampa (2017). *Debates latinoamericanos: indianismo, desarrollo, dependencia, populismo* (1ª edición). Edhasa.
- Thompson, E. (1983). *A Miséria da Teoria*, Rio de Janeiro, Zahar ed.
- Thompson, E. (1985) *Exterminismo e Guerra Fria*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Wallerstein, I. (2006). *Impensar as Ciências Sociais*. Editora Ideias e Letras, São Paulo.
- Wilshire (1997). Os Usos do Mito, da Imagem e do Corpo da Mulher na Re-Imaginação do Conhecimento. In *Gênero, corpo, conhecimento*. Jaggar, Alison M. e Bordo, Susan R. [editoras]. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.